



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 668385 - SP (2021/0156527-8)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : JULIANA VILLACA FURUKAWA E OUTROS
ADVOGADOS : NAGASHI FURUKAWA - SP027874
FABIANE FURUKAWA - SP153175
JULIANA VILLAÇA FURUKAWA - SP273146
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HERBERTH SILVA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HERBERTH SILVA SANTOS, cujo desprovemento da apelação manteve sentença condenatória pelo "artigo 157 parágrafo 2º- A inciso I do Código Penal" à pena de "06 anos 08 meses de reclusão [...] em regime inicial fechado" (fls. 34-35).

O Ministro relator requereu informações ao juízo da ação penal e determinou o encaminhamento dos autos ao Ministério Público Federal para parecer, manifestações acostadas às fls. 64-66 e 74-79, respectivamente.

As alegações do *writ* aduzem irregularidade no processo de reconhecimento, porquanto inobservados os preceitos do art. 226 do CPP.

Agrega alegação relativa à falta de correlação entre o que constou na denúncia e a condenação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, em especial porque as alegações gravitam tese que culminam na absolvição do paciente, o que extrapola o campo de atuação desta Vice-Presidência em liminar no plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministro relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência